

JUSTIÇA RESTAURATIVA, ESTUDANTES NEGROS E BENS CULTURAIS: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO PORTO SEGURO-TJ/PA

Rebeca Salém Varela Melo¹; Nicelma Josenila Costa de Brito²

¹Acadêmica de Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal Rural da Amazônia. Bolsista de Pesquisa da equipe da UFRA no Projeto “Porto Seguro” – TJPA. E-mail: melorebeca895@gmail.com

²Doutora em Educação. Docente do curso de Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal Rural da Amazônia. Professora responsável pela equipe da UFRA no Projeto “Porto Seguro” – TJPA. E-mail: nicelma.brito@ufra.edu.br

RESUMO:

Este trabalho aborda as desigualdades raciais e o acesso a bens culturais a partir da análise de dados preliminares coletados no Projeto Porto Seguro – Círculos de Diálogos, promovido pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJ/PA) e monitorado pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). O estudo concentra-se no perfil de estudantes de uma escola pública da Região Metropolitana de Belém, pertencentes ao Ensino Médio, investigando como fatores socioeconômicos, culturais e educacionais afetam seu acesso a bens culturais. Os dados foram coletados por meio de questionários aplicados a 170 estudantes, majoritariamente entre 11 e 15 anos, sendo 53,6% negros (11,8% pretos e 41,8% pardos). As informações revelaram que 37,1% dos estudantes vivem com renda familiar entre 2 e 3 salários-mínimos, e que o acesso a bens culturais é limitado. Enquanto 54,7% dos estudantes frequentam o cinema semestral ou anualmente, 57,1% nunca foram ao teatro e 55,3% nunca participaram de uma exposição de artes. Embora a maioria tenha acesso à internet, o consumo de conteúdos culturais é majoritariamente voltado para redes sociais e televisão, com menor ênfase na leitura de livros ou participação em atividades culturais presenciais. A análise teórica se apoia nos conceitos de capital cultural, social e econômico de Pierre Bourdieu (1998), que ajudam a explicar as disparidades no acesso aos bens culturais entre os estudantes. Bourdieu argumenta que indivíduos com maior capital cultural, transmitido muitas vezes no seio familiar, têm maiores chances de sucesso escolar e de acesso à cultura dominante. No caso estudado, muitos dos estudantes pertencem a famílias com baixa renda e pouca herança cultural, o que limita seu contato com obras de arte, literatura e outras formas de expressão cultural. A justiça restaurativa torna-se essencial nesse contexto, pois propõe a reparação de desigualdades históricas que afetam determinados segmentos sociais Howard Zehr (1990). No caso dos sujeitos que integram este estudo, evidenciam-se tais desigualdades no acesso de estudantes negros a oportunidades culturais. A abordagem restaurativa visa criar um ambiente inclusivo que reconheça as limitações estruturais impostas por fatores econômicos e sociais e ofereça soluções que fomentem a equidade Kay Pranis (2003). Ao identificar as barreiras que esses estudantes enfrentam, o projeto Porto Seguro permite o desenvolvimento de políticas culturais e educacionais que contribuam, de certo modo, para a subversão dessas desigualdades. A análise aponta para a necessidade de uma educação que vá além da mera reprodução social, como propõe Bourdieu, para atuar como um instrumento transformador que forneça aos estudantes as ferramentas necessárias para superarem as limitações impostas por sua posição socioeconômica. Através de uma abordagem que reconhece e aborda as diferenças estruturais e culturais, é possível fomentar um ambiente onde todos os estudantes possam ter acesso igualitário aos bens culturais e, conseqüentemente, melhores oportunidades educacionais e de desenvolvimento pessoal. A contribuição do estudo não está apenas na identificação das disparidades, mas também no fomento de um debate sobre como as políticas públicas podem ser direcionadas para garantir que a escola cumpra seu papel transformador, em vez de perpetuar desigualdades.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso a Bens Culturais, Estudantes Negros e Justiça Restaurativa.